

Lessa ataca: 'Quem define juros não foi eleito'

Em palestra, presidente do BNDES bate na política ambiental, na econômica e na imprensa

NICOLA PAMPLONA

RIO – Em palestra para magistrados ontem no Rio, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, voltou a criticar a política econômica brasileira. Sem citar nomes, Lessa disse que “não é possível que uma instituição cujos integrantes não foram eleitos pelo povo, que o povo nem sabe os nomes, decidam sobre a taxa de juros do País”, em uma alusão ao Comitê de Política Monetária (Copom), que na semana passada manteve em 16% a taxa de juros básica da economia.

Lessa não se referia especificamente à equipe econômica

atual, comandada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Falava em tese, sobre os problemas da organização política do Brasil, em um seminário sobre controles promovido pela Escola de Magistratura do Estado do Rio.

“Os principais preços globais são controlados por pessoas que decidem sem nenhuma consulta, ou pelo menos sem nenhuma consulta com mais transparência”, afirmou, ainda sobre o Copom. Ele usou o exemplo para falar da formação de expectativas no sistema político. Em diversas ocasiões anteriores, Lessa criticou a equipe econômica, em questões como a TJLP, taxa que rege os contratos do banco de fo-

mento e a própria taxa Selic.

O presidente do banco também criticou a política ambiental. Segundo ele, o “não” dos órgãos ambientais paralisa tanto a economia quanto um “não” do ministro Palocci. “Há uma

quantidade enorme de projetos paralisados por falta de licença ambiental”, reclamou, citando hidrelétricas, o Porto de Santarém e um sistema de transporte hidroviário no Rio Araguaia.

“Tem dois rebocadores e quatro barcaças que não podem travegar no Rio Araguaia porque a margem direita é dos índios.”

Na sua opinião, a legislação ambiental brasileira é “muito defensiva” e facilita a suspensão de obras. “Fomos tão ambientalistas que acabamos cons-

truindo uma barreira”, avaliou, aproveitando para alfinetar o Ministério Público, responsável pela paralisação de obras como os gasodutos que ligam as reservas de Urucu, no Amazonas, a Manaus e Porto Velho.

No tom habitual, arrancando risos da platéia, Lessa discorreu sobre um sistema de organização política ideal, sem encontrar resposta. Disse que a social-democracia proposta na Constituição de 1988 não funcionou porque lembrou apenas do direito dos cidadãos, esquecendo-se das obrigações.

Para finalizar, criticou a imprensa, que, segundo ele, tem poder excessivo e não permite direito de resposta a quem se sente prejudicado. “A Lei de Imprensa precisa ser revisada porque o direito de resposta não existe. Fui duas vezes insultado e até hoje não consegui responder”, contou, sem citar os casos em que busca reparação.

ATAKUES
FORAM FEITOS
SEM CITAR
NOMES